

Uma publicação oficial da Igreja Episcopal Anglicana do Brasil, desde 1893.

O ESTANDARTE CRISTÃO



UNIDADE NA DIVERSIDADE UNIDADE NA ADVERSIDADE

Pastoral

Encarar a unidade na diversidade como um desafio profético, e não como uma realidade existente

Opinião

Processos de eleição episcopal podem levar a distensões, mas as mesmas não podem gerar rupturas

Teologia

Peregrinação em busca de identidades e encontros de salvação à luz da Carta aos Hebreus

Vida

Uma perspectiva de esperança para o futuro do Anglicanismo, com base em seu ethos missionário

Visita do Arcebispo de Cantuária à IEAB
Paróquia da SS Trindade, São Paulo
(Foto: Silvana Fernandes)

Número 1822 - Abril 2017



REVMO. FRANCISCO DE ASSIS DA SILVA
Bispo Primaz da IEAB

palavra do primaz

Nesta sua nova fase, nosso Estandarte Cristão, alcança sua segunda publicação. Estamos felizes porque a primeira edição foi muito bem recebida por nossa Igreja. Opiniões e sugestões de aperfeiçoamento foram feitas e continuamos no caminho de oferecer o melhor instrumento de comunicação que alcance nossos leitores nos diferentes lugares de nossas dioceses.

Nesta edição, que tem como tema a questão da Unidade na Diversidade, nos debruçamos sobre a necessidade de enfrentarmos o desafio dos conflitos dentro de nossa Província. Ainda estamos impactados pelo recente cisma ocorrido na Diocese Anglicana do Recife (o terceiro de uma série que começou na década passada). Uma vez mais, um grupo de clérigos e clérigas se uniram a pessoas leigas e decidiram quebrar a comunhão com a IEAB. Esta questão levanta para cada um de nós uma séria questão: que mecanismos necessitamos ter para evitar que a divergência por razões teológicas acabe sempre redundando em uma ruptura dolorosa de comunhão?

Este é um caminho que precisa ser trilhado e nossa Província não é a única a sofrer com conflitos e divisões. Que o Espírito Santo nos ajude a encontrar o caminho da mediação eficaz de conflitos.

Mas temos tido também a alegria de ver a Igreja celebrando novos momentos, especialmente o novo ministério episcopal do bispo Eduardo Grillo, coadjutor da Diocese Anglicana do Rio de Janeiro, sagrado ao final das reuniões nacionais, na Catedral Diocesana. Novo ministério sempre carrega consigo novas esperanças.

Estamos nestes dias também como Nação assistindo o desenrolar de um desmonte de direitos e garantias das pessoas que trabalham e daquelas que dependem da previdência social. A nossa Igreja tem assumido a firme posição de desaprovar medidas que representem perdas de direitos que foram conquistados com tanto esforço no exercício da cidadania. Que Deus ilumine os poderosos de nosso país a governarem para o povo. Nessa direção, e obedecendo os ditames do Evangelho, a Câmara dos Bispos emitiu uma carta dirigida à toda a Igreja denunciando as falsas justificativas para esse desmonte.

Desejo ao nosso público leitor uma ótima e edificante leitura, sempre considerando e agradecendo o trabalho voluntário das pessoas que dedicam seu tempo para oferecer informação e formação para a nossa Província. Lembrando que sempre é possível aperfeiçoar o trabalho de comunicação em nossa querida IEAB.



**"Que o Espírito Santo nos ajude
a encontrar o caminho da
mediação eficaz de conflitos."**

✚
Catedral do Bom Samaritano,
a nova catedral do Recife
(Foto: Diocese do Recife)





REV. ARTHUR CAVALCANTE
Secretário Geral da IEAB

mensagem da secretaria geral

Tivemos muitos trabalhos e atividades como IEAB que ficam até difíceis de agrupá-los em uma Edição do Estandarte Cristão, porque envolvem pessoas que semearam preciosas sementes em cada lugar deste imenso país. O importante, neste momento, é sabermos da importância de cada ação nossa desenvolvida em nome de Jesus Cristo e que ninguém poderá apagar ou esquecer.

A Igreja Episcopal Anglicana do Brasil prossegue com mudanças e com novos desafios. A IEAB é uma Igreja a Caminho! Não podemos nos acomodar e descansar em nosso glorioso passado. Há grandes desafios atuais e futuros, mas acredito na ação do Espírito Santo e na criatividade de nossa Igreja em responder à altura, tal como fizeram nossos pais e mães no passado, tal como tem sido feito através de irmãos e irmãs do presente. Herdamos do berço do anglicanismo brasileiro a intrepidez de anunciar as Boas Novas, com o cuidado de preservar e de fazer tradição, buscando sempre o bem de toda a Igreja, contudo não deixando de desempenhar seu papel missionário e profético na sociedade. Devemos ter sensibilidade em distinguir entre o essencial do temporário para deixar fluir a simplicidade e o poder da mensagem de Jesus Cristo.

Estamos nos aproximando da Confelíder/Sínodo Geral (Brasília 2018), momento importante para avaliarmos a caminhada e projetar nossos sonhos para IEAB. Temos que, contudo, com os pés no chão, abrir nossos olhos para enxergar que o perfil das pessoas fiéis está em um processo de mudança acelerado nas religiões, inclusive há pesquisas sérias que tratam sobre esse assunto. Já não temos membros fiéis exclusivos da IEAB, mas que estão numa posição de constante contato com outros espaços e até de ideias não tão anglicanas. O poder que as lideranças religiosas exerciam na regulação da vida de seus fiéis, tem diminuído e é cada vez mais frágil. Contudo devemos ser generosos na acolhida, largos e pacientes no caminhar, crendo na força do ensino no meio do Povo. Devemos ter confiança na força do poder do Evangelho e nosso jeito muito diverso de ser Igreja.

As estruturas administrativas, as Comissões Nacionais e os Grupos de Trabalhos (GTs) da Província estão para servir o Povo e o Clero onde quer que se encontrem, buscando o máximo de integração. O êxito de cada Diocese/Distrito, de cada Paróquia e de cada núcleo episcopal anglicano é também o êxito da IEAB.

Que o Deus conhecedor de nossas potencialidades e limitações nos ajude a avançar e a crescer, trazendo uma significativa relevância pública da Igreja em cada região do Brasil!



*Instituto Israel Pinheiro, local
do Sínodo 2018*

(Foto: Silvia Fernandes)



REV. LUIZ COELHO
Editor do Estandarte Cristão



editorial

Páscoa é tempo de renovação, não apenas porque a Ressurreição de Cristo nos compele a buscar enxergar nova vida onde quer que esteja, mas também porque nossas vidas castigadas sempre merecem uma dose de esperança para seguir adiante. E qual esperança consegue ser melhor que aquela que vem do Alto?

Esperança parece ser a palavra chave, não só para esta quadra litúrgica que vivemos, mas também para o período que atravessamos enquanto nação. Pois o enfraquecimento das instituições democráticas neste país parece avançar a passos largos, sobretudo quando levamos em conta a precarização de direitos, o desemprego e a escalada de violência que ameaçam os cidadãos e cidadãs do Brasil.

A Igreja, também, atravessa uma crise de desesperança, o que leva, infelizmente, às muitas querelas, desunião e cismas. Praticamente toda semana, somos bombardeados com "guerras e rumores de guerras" no campo da política eclesial, acarretando na separação onde deveria haver união, no desamor onde deveria haver solidariedade e na desunião entre pessoas que, teoricamente, pregam e vivem a mesma fé.

A tradição anglicana sinaliza para a tolerância e respeito às diferenças. Um marco fundamental é o chamado acordo elizabetano, o qual buscou prover um meio termo entre diferentes práticas religiosas na Inglaterra do século XVI. Muito da tradição e prática católicas foram preservadas, mas sem submissão à autoridade papal. Também foi permitida uma amplitude de posicionamentos individuais ou coletivos, com a uniformidade de adoração explicitada pe-

los ritos do Livro de Oração Comum. Assim, muito embora palavras dos ritos fossem comunitárias, era possível interpretá-las de forma diferente, permitindo diversidade teológica, e adaptar o cerimonial à realidade de cada comunidade, permitindo diversidade litúrgica.

Mais adiante, já no século XIX, coube ao Rev. William Reed Huntington articular quatro pontos fundamentais, adotados pela Conferência de Lambeth de 1888 como um sumário de nossa identidade e diálogo ecumênico: o Quadrilátero de Chicago-Lambeth. O quadrilátero, centrado nas Escrituras como "contendo tudo aquilo que é necessário à salvação, nos credos, nos sacramentos do Batismo e Eucaristia e o episcopado histórico, aliado ao Livro de Oração Comum, deveriam ser nossos pontos de unidade. Nada mais.

Contudo, as recentes questões e discussões eclesiais relacionadas à inclusão de gêneros e sexualidades têm carregado um potencial divisivo nunca antes visto. Nas últimas três décadas, temos visto mais divisões dentro de nossa própria comunhão que em todos os séculos anteriores. Em virtude disso, o Estandarte Cristão vem, neste tempo pascal, proclamar a esperança de que a divisão não imperará sobre a Igreja de Cristo, mas ao mesmo tempo, buscar entender o que há por detrás do verniz dos assuntos polêmicos, e tentando identificar os pontos fracos de nossa unidade, que nos passam despercebidos. Uma boa leitura e que Deus nos abençoe!



Cristo Rei na Cidade de Deus,

por Rev. Luiz Coelho

Paróquia Cristo Rei, Rio de Janeiro

(Óleo sobre tela, 2012, 7 x 1,8m)



noticiário



Bispo João Peixoto acompanhado de membros do clero diocesano

01 Reconstrução no Recife, apesar de cisma

Infelizmente, o ano de 2017 começou com movimentações negativas na Diocese do Recife. A expedição de comunicado por parte das lideranças clericais propondo a criação de uma "Aliança de Comunidades Anglicanas", obrigou o bispo diocesano, D. João Peixoto a emitir requisição para que os mesmos se conformassem à doutrina da IEAB e que se manifestassem em apoio às decisões sinodais que a mesma venha a tomar.

Entretanto, alguns desses clérigos, sobretudo aqueles que se relacionavam ao staff da catedral diocesana, decidiram partir e romper a comunhão com nossa Igreja, alegando que não poderiam permanecer em comunhão caso o sínodo de 2018 aprove ritos matrimoniais para casais do mesmo sexo, e que a maioria dos membros iriam sair, não tendo como sustentar a igreja. Isso levou a um racha na então catedral diocesana, a Catedral da Santíssima Trindade. Contudo, o remanescente fiel à IEAB reconstituiu-se como Comunidade da Santíssima Trindade, reunindo-se toda manhã de domingo no templo da atual Catedral do Bom Samaritano, na Boa Viagem. Mesmo em meio à dor, encontramos alegrias, e a comunidade renasce entre as cinzas.

02

Representante brasileira em programa internacional de discipulado

Durante a última reunião do Conselho Consultivo Anglicano, realizada em Lusaka, Zambia, foi aprovada uma resolução criando um Programa denominado de Discipulado Intencional para ser adotado na Comunhão Anglicana. O Objetivo deste programa é capacitar o povo anglicano a assumir de forma mais profunda o espírito do seguimento a Jesus, assumindo um seguimento radical da Boa Nova e compartilhando esta Boa Nova com todas as pessoas.

É um chamado à renovação do compromisso com o anúncio do Evangelho de Jesus e que tem como elemento motivador um documento base de 150 páginas, apresentado perante o ACC.

Nossa Província foi agraciada pelo convite à Revda. Tatiana Ribeiro para fazer parte desse grupo que começou suas reuniões no mês de abril, em Londres, para iniciar este importante trabalho. O convite foi acordado entre o Diretor de Missão da Comunhão Anglicana, o Bispo Primaz e o Bispo de Brasília. A Revda. Tatiana, ou simplesmente Tati, tem exercido o cargo de coordenadora do GT Juventude da Província há anos e tem demonstrado competência e capacidade nessa função.



Revda. Tati e demais participantes



Reunião ONU Mulheres 2017

03 IEAB solidária ao Dia Internacional da Mulher

Nossa igreja tem sido voz ativa pelos direitos das mulheres, especialmente neste momento, em que vemos um acirramento de movimentos conservadores e machistas e propostas governamentais que restringem direitos adquiridos pelas mulheres após muitos anos de luta.

As mulheres da IEAB se engajaram em diversas lutas. Na Conferência das Nações Unidas sobre o status da Mulher, esteve presente a leiga Odete Liber, da Comunidade do Bom Pastor, em Vitória/ES. Ali, mulheres de todo mundo trataram de possibilidades de empoderamento econômico das mulheres, uma vez que a maioria das mulheres ainda dedica-se a atividades econômicas informais, necessitando de planos de benefícios e direitos para não serem exploradas.

No Brasil, várias mulheres anglicanas - clérigas e leigas - participaram da Marcha pelas Mulheres, que trouxe visibilidade às causas femininas e colocou-as no protagonismo de suas lutas. Aos homens - diz nosso primaz D. Francisco de Assis da Silva - cabe "apoiar as mulheres e seguir com elas aonde for necessário - na igreja e no mundo - erguendo a voz e as bandeiras da justiça e da igualdade".



Reunião conjunta no Rio de Janeiro

04 Câmara Episcopal, Secretaria Geral e Conselho Executivo trabalhando rumo ao Sínodo 2018

O Conselho Executivo do Sínodo (CEXEC), anunciou a escolha do local para a realização do 34º Sínodo Geral e Confelider 2018: Centro de Convenções Instituto Israel Pinheiro. Trata-se de um espaço de verde e tranquilidade, à beira do Lago Paranoá, localizado a 20 minutos do aeroporto, a 15 minutos do centro de Brasília e à altura da QL 32 do Lago Sul. A visita ao local contou com a presença do Secretário Geral, Rev. Arthur Cavalcante e da Tesoureira Provincial, Sra. Sílvia Fernandes. Acompanhou-os o Bispo Maurício Andrade, de Brasília.

Esse encontro ocorrerá entre os dias 30 de maio à 03 de junho de 2018, em Brasília/DF. É prevista a presença de 114 pessoas (Bispos, Clérigos e Leigos). Também irão pessoas convidadas de outras províncias anglicanas, parceiras de organizações internacionais de diaconia/serviço e ecumênicas. Será o primeiro sínodo na Área 3 da Igreja Episcopal Anglicana do Brasil.

A União da Juventude Anglicana do Brasil solicitou que as delegações provinciais contenham representantes jovens (até 35 anos de idade), de modo a prover maior diversidade ao próximo sínodo. Nos dias 04 a 07 de abril, no Rio de Janeiro, houve uma reunião conjunta entre a Câmara Episcopal e o Conselho Executivo, que tratou dessas e de outras questões. Essa reunião culminou com uma celebração de sagração do novo Bispo Coadjutor do Rio de Janeiro, D. Eduardo Coelho Grillo, na Catedral do Redentor, realizada na manhã do dia 08 de abril.



Alguns dos membros da Câmara Episcopal, reunidos no Rio de Janeiro

05 Câmara Episcopal soma-se a vozes proféticas contra a precarização das relações trabalhistas e previdenciárias

Por meio de carta pastoral de cunho profético, a Câmara Episcopal da Igreja Episcopal Anglicana do Brasil, manifestou-se de forma contrária ao Projeto de Reforma da Previdência (PEC 287/2016), ao Projeto de Reforma Trabalhista, e à recentemente aprovada Lei da Terceirização.

A Câmara Episcopal somou sua voz ao Conselho Nacional de Igrejas Cristãs (CONIC), que solicitou às igrejas-membro avaliar uma série de documentos que demonstram claramente impropriedades nessas medidas do atual governo.

Os bispos concordaram que o impacto de reformas desta índole são desumanos, cruéis e devastadores, com consequências que levarão para a miséria extrema a milhões de pessoas, e forçarão outros tantos milhões a trabalharem até sua morte, desamparando suas famílias. O Brasil, que já destaca pela injusta distribuição da riqueza entre pessoas ricas e pobres verá aumentada esta desigualdade.

A motivação para a elaboração dessa carta vem do Evangelho de Nosso Senhor Jesus Cristo, que declara bem-aventuradas, as pessoas que tem "fome e sede de justiça" por que é elas serão fartas! (Mateus 5.9), e da Carta de Tiago, que nos lembra que "o fruto da justiça semeia-se na paz, para os que exercitam a paz." (3.18). Assinaram a carta os bispos Francisco de Assis da Silva (Primaz e Sul Ocidental), Naudal Gomes (Curitiba), Filadelfo Oliveira (Rio de Janeiro), Maurício Andrade (Brasília), Saulo Barros (Amazônia), Renato Raatz (Pelotas), Flávio Irala (São Paulo), Humberto Maiztegui (Meridional), João Peixoto (Recife), Eduardo Grillo (Coadjutor do Rio de Janeiro), Clóvis Rodrigues, Almir dos Santos e Celso Franco (eméritos).



JULIO REIS SIMÕES

*Doutor em Diálogo Inter-religioso
e Ministro-Leigo da Capela do
Bom Samaritano (Juiz de Fora/MG)*

opinião

Uma história de histórias

Em 08 de Abril de 2017, na Catedral do Redentor – Diocese Anglicana do Rio de Janeiro (DARJ), foi ordenado bispo da Igreja Eduardo Coelho Grillo, na Igreja Episcopal Anglicana do Brasil.

Uma notícia tão rápida, posta de maneira tão sucinta, aparentemente tão corriqueira; e ao mesmo tempo o desfecho de uma história de histórias.

Na ordenação de Eduardo estiveram presentes, junto com quase 100% dos presbíteros da Diocese, os reverendos presbíteros Caetano, Abimael e a reverenda presbítera Meriglei. Os três também foram candidatos ao cargo de bispo, para exercerem o ministério episcopal. Não foram eleitos. Perderam?

Qualquer processo democrático não conhece perdedores.

A democracia é o tipo de governo segundo o qual determinado grupo de cidadãos tem o direito de expressarem seu apreço por projetos de poder específicos. Na Atenas antiga, eram os homens livres. No Brasil, maiores de 16 anos com pleno gozo de direitos civis e políticos. Na Igreja Anglicana do Rio de Janeiro, membros em plena comunhão indicados pelas comunidades e clérigos. Ilude-se quem pensa que o direito ao voto é universal. Ele nunca o é, em democracias de direito. No caso de assembleias conciliares da DARJ, têm direito a voto pessoas devidamente inscritas pela paróquias e seus suplentes em caso de ausência dos primeiros. No caso da maior parte dos países, tem direito pessoas com um certo grau de maturidade, geralmente delimitado pelo número de aniversários que já se fez. Maiores de 16, de 18, de 21 anos. Em alguns outros modelos, como a eleição papal na Igreja Católica Apostólica Romana, tem direito a voto cardeais, que assim o são por indicação de papa(s) anterior(es), resultando na curiosa situação de cardeais votando em cardeais para nomearem como porta-voz de si mesmos um papa que nomeará futuros cardeais. E, para ser bispo de Roma, só sendo-se cardeal. A idéia deste sistema romano é que o “chefe”, o “supervisor” dos cardeais seja um dos cardeais. Ou seja, o primeiro entre eles é um igual a eles.

De forma semelhante o Concílio da Diocese, ao eleger um presbítero como episcopo (e a palavra “episcopo” significa “supervisor”, “o que vê por cima”) o escolhe dentre os membros com direito a voto: se em qualquer reunião conciliar leigos inscritos e clérigos inscritos têm direito a voto, ao admitir como candidato um presbítero inscrito a DARJ escolhe um dentre os muitos semelhantes como seu supervisor.

Ou seja: sim, é um processo democrático. E, como qualquer processo democrático, existem limites que estabelecem quem pode votar e em quem se pode votar.

Some-se a isto o previsto pelos cânones da DARJ, que estabelece que é eleita bispo a pessoa que obtiver dois terços dos votos em cada uma das urnas, uma de leigos e outra de clérigos, e podemos divisar um outro aspecto da dimensão do episcopado segundo uma lógica de Ecclesiologia anglicana: é eleito um dos presbíteros para agir como supervisor dos mesmos. Mas também é eleito um dos ministros do povo para supervisionar a ministração para o povo.

Cuidando-se de que todas as regras sejam respeitadas, o que resulta é que alguma pessoa é eleita. E essa pessoa eleita representa, dentro dos limites estabelecidos pelas regras que regem a DARJ, a vontade dos membros da DARJ, sejam clérigos ou leigos. Em assim sendo, quem ganha é a DARJ, e não o/a eleito/a.

O Clérigo faz parte do povo

É comum, no discurso quotidiando, observarmos o interessante fenômeno de o “povo” ser “os outros”. Quando eu mesmo, que sou professor, falo de “povo” na sala de aula, os alunos tendem a entender que este tal “povo” é alguma coisa amorfa e mal definida que, com certeza, começa nos limites das janelas e porta para fora. Esta é uma concepção terrível. O “povo” é todo mundo, inclusive quem está dentro da sala.



Sagração do Bispo Eduardo Grillo
(Foto: Marcelo Queiroz)



Da mesma maneira, quando se elege alguém como ministro/a clerical para o povo, o/a mesmo/a ministro/a sempre precisa não perder de vista que ele/a é parte do povo para o qual ministra ou ministrará. Talvez a pessoa que assume sobre si esta responsabilidade queira exercer poder. Tudo bem que assim o seja. Mas em processos democráticos, o poder emana da totalidade das pessoas envolvidas nas tomadas de decisão e quem é eleito ou eleita usa de um poder que não é seu. Portanto, ela não é a portadora da voz da maioria e ponto final. Ela é a escolhida pela maioria para ser a porta-voz de todos e todas.

Um bom clérigo é capaz de presidir a celebração de algum sacramento envolvendo as pessoas, liderando-as na adoração. A boa clériga demonstra na realidade que percebe que o poder que exerce não é seu na medida em que incentiva as outras pessoas não clérigas a tomarem parte nos conselhos paroquiais, comunitários, diocesanos. O ministro ou a ministra que percebe-se como parte do povo é capaz de ouvir opositores, de crescer com a crítica, de ter auto crítica. Mas isto não significa que exerce seu poder tentando agradar todo mundo. Ela ou ele exerce o poder que não é seu buscando criar espaços de satisfação pessoal e comunitária a todas as pessoas, sejam elas a maioria ou uma ínfima minoria.

Como ensina Ciro Gomes, político brasileiro, quando um candidato que representa uma minoria violenta recebe 15% dos votos válidos, a sociedade brasileira engole a representação da violência e cospe o caroço da derrota destes violentos, ao passo que o/a governante/a eleito/a deverá se esforçar para permitir que estes violentos se expressem, desde que a expressão dos mesmos seja de fato a violência contra qualquer grupo. É uma equação complicada.

O que importa é pensar e perceber que o clérigo, desde que foi recomendado por sua comunidade e origem à Comissão de Ordens e Ministérios e a clériga, desde que foi considerada apta a ser diácona pelos organismos de sua diocese sempre dependeu de outros e outras. Portanto, não faz sentido que quem se vir eleito/a para algum cargo clerical e seja ordenado/a para tal queira depois favorecer uma parcela da diocese, seja de clérigos ou de leigos. O bispo ou bispa eleito ou eleita é clérigo ou clériga. Mas só o é porque um dia foi leigo. Ninguém nasce ordenado.

E, aliás, se for verdade que o bispo representa a vontade soberana do Concílio Diocesano, ele ordena, isto é, ele manda que se faça assim ou assado como porta voz do povo que o elegeu. Assim, todo sujeito ordenado cumpre ordens não de algum bispo, mas do povo que elegeu este bispo. Ele recebeu ordens. E as ordens emanam, sempre, do povo, que é o lugar onde nascem as vocações, o lugar onde as vocações são exercidas e o destinatário das ações destes sujeitos vocacionados.

Vocacionar: chamar pelo nome. Eles e elas são chamados e chamadas pelos seus nomes para receberem ordens e cumprirem estas ordens... que são do povo! São de todos.

Ai, portanto, do clérigo ou clériga que acredita que é ele ou ela que manda: não entendeu nada. Quem manda é o povo, e o povo o/a inclui. Se, no entanto, ele ou ela se ausenta do povo, este povo que é quem manda provoca a sua saída na medida em que se demonstra pouco ou nada colaborativo com projetos que não sejam seus.

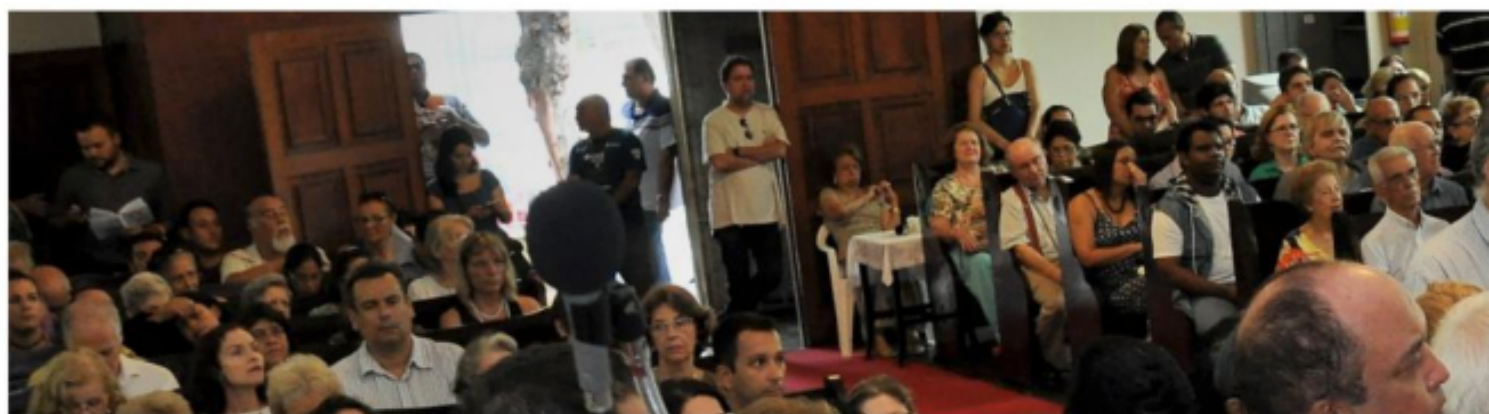
O bispo ou a bispa deve ser esta pessoa hábil e apta politicamente para perceber que faz o que lhe mandaram fazer, e não o contrário.

Toda eleição é um processo

Eduardo não foi eleito em um único escrutínio, nem numa única sessão. Foram necessárias duas sessões e quatro escrutínios para que os votantes o chancelassem como bispo eleito pelo Concílio Diocesano.

Neste processo, primeiro Rev. Caetano abriu mão de sua candidatura. Ficando como candidatos os Revedendo Eduardo e Abimael, delineou-se o fenômeno segundo o qual Abimael era vitorioso na Urna dos Clérigos, enquanto Eduardo era vitorioso na Urna dos Leigos. Houve quem sugerisse que os leigos deveriam seguir os clérigos porque o bispo é o "patrão" dos clérigos, numa clara distorção da eclesiologia anglicana. E houve quem dissesse que uma ou outra câmara (leigos ou clérigos) deveria mudar o voto, numa incompreensão de que os votos fossem pessoais, e não desta ou daquela câmara.

✚
Sagração do Bispo Eduardo Grillo
(Foto: Marcelo Queiroz)



Finda a primeira sessão, durante o interregno entre as mesmas rev Abimael retirou sua candidatura, o que foi acolhido pelo Concílio reunido na segunda sessão. Na abertura da mesma sessão, tendo sido aprovada pela assembleia resolução segundo a qual poder-se-iam candidatar outros presbíteros e presbíteras, rev Meriglei se candidatou.

Houve de tudo um pouco na segunda sessão. Houve riso, escárnio, irritação, ofensas pessoais, choro, acusações, defesas de acusações etc. Um espetáculo digno de ser esquecido...

Houve também um grande alívio quando, findo o quarto escrutínio e primeiro da segunda sessão, Eduardo foi eleito. E o alívio não se deu porque fosse o melhor ou pior candidato, ou candidato deste ou daquele. O alívio ocorreu porque a tensão terminou.

Há dois modos de se terminar com uma tensão. Um é a ruptura. Outro é o afrouxamento do elemento tensionado. Pensando em um arco entesado, libera-se a tensão sobre a corda quando ou se dispara a flecha, ou se arrebenta o arco ou se desiste de disparar, afrouxando a corda.

Eu e muitos outros sabemos que desistiu-se de disparar. Se havia de um "lado" ou "outro" pessoas prontas para soltar flechas, porque amava demais a Eduardo ou a Meriglei, o resultado eleitoral minou a necessidade de embates no canto de Glória que se seguiu.

Toda a assembleia se levantou e, de pé, entoamos Glória a Deus, segundo a tradição que se estabeleceu na igreja do Brasil em sua vertente anglicana.

Um novo começo

Tão logo o processo eleitoral findou-se, nosso Conselho Diocesano se reuniu e alguns membros do mesmo se desligaram. Também pessoas que exerciam cargos na diocese pediram seu desligamento, e foram atendidos e atendidas. Há (sempre há pessimistas...) quem tenha visto nestes desligamentos uma reação de ruptura com o novo bispado que estava por vir.

Eu, no entanto, estive nas reuniões nas quais ocorreram os desligamentos, e li a íntegra das cartas de pedido de licença. As pessoas que optaram por sair estavam cansadas. Pediram para sair para poderem reorganizar as suas vidas pessoais, familiares, profissionais.

Ficou claro, assim, que enquanto houver no coração das pessoas de nossa Diocese a percepção de que o Bispo ou Bispa ou seja lá o que for que seja escolhido em assembleia é de todos, não existe a necessidade de posse. Não é necessário possuir o que já se tem. O que é de todos é também de cada um!

Além disto, quem preferiu votar em Caetano ou Abimael ou Meriglei, ao ver Eduardo eleito não ficou sentado. Levantou-se e cantou Glória. Porque o maior ensinamento que a democracia nos dá não é saber "ganhar" e nem saber "perder". É a percepção de que é melhor abrir mão de exigências pessoais em nome de poder sempre verbalizar estas exigências. Foi o que se seguiu.

Que bom que assim fizeram. E que exemplo para quem às vezes se sente herói ou heroína demais e quer fazer tudo sem nenhuma gota de descanso ou equilíbrio. É necessário encontrar este equilíbrio.

Outras pessoas assumiram os cargos que ficaram vacantes. Não foram ou são todos/as "partidários" de Eduardo. Em conversas de corredor, por sinal, temos levantado nomes para apresentar na próxima reunião conciliar de pessoas que são "opositoras" de Eduardo para comporem o Conselho Diocesano no lugar de quem precisou sair. Porque não existe oposição ao sistema. Porque o sistema precisa do dito e do contra-dito para alcançar a verdade. Porque um modo de governo diocesano ou municipal ou doméstico

no qual apenas quem pensa de um jeito se veja representado provavelmente é um tiro no pé, e começará em pouco tempo a criar uma elite e esquecer os contraditórios. Porque qualquer representante de qualquer modelo democrático precisa de saber ouvir mais do que falar.

Estamos confiantes que continuaremos a trabalhar com nosso Bispo Diocesano Filadelfo Oliveira Neto, agora com a ajuda de Eduardo Grillo, com a mesma amizade e com o mesmo respeito mútuo. E tomamos a saída de algumas pessoas dos cargos que ocupavam com muito respeito, e queremos colocar pessoas tão boas quanto elas nos lugares que vagaram, para que possamos crescer juntos.

Ele é, agora, bispo, supervisor, servidor, de todas as pessoas que acreditam em Jesus. Todos nós podemos olhar pra ele e agradecer a Deus por ele ter "topado" fazer uma coisa tão difícil politicamente e espiritualmente.

Muito mais difícil espiritualmente que politicamente, por sinal!

Como é que se discerne que tal ou tal atitude na condução da comunidade é mais ou menos adequada? Qual é a melhor estratégia de missão em uma igreja não-proselitista? Que palavras caem melhor no combate aos diversos tipos de exclusão espiritual? Existem limites para a colaboração com pessoas que professam outros credos?

expresso universalmente em todas as pessoas fiéis, e por isto é que optamos por construir este modelo democrático de eleições que temos.

Existem outros modelos.

Existem modelos nos quais alguém que mora muito longe do Brasil decide quem será o bispo de Goiânia, e o indica para o cargo.

Sinceramente, eu não gosto destes outros modelos.

Mais sinceramente ainda, eu não me assusto e não me escandalizo com o nosso jeito de ser.



A ordenação enfim se deu

Escrevemos este artigo depois de a ordenação de Eduardo já ter acontecido. Foi uma bela celebração, com todos os bispos da Câmara da IEAB presentes e alguns bispos eméritos.

Enquanto os ritos se sucediam, pude perceber que cantávamos juntos. Olhei em torno de mim. Ao meu lado, uma pessoa que votou em Abimael e Meriglei. Atrás de mim, quem votou em Eduardo. Eu mesmo não votei. No entanto, todos ali estávamos cantando, louvando, ouvindo, participando, orando, adorando a Deus e rendendo Graças. Porque Eduardo foi eleito bispo da Igreja de Cristo, e não apenas da DARJ, ou de quem votou nele.

Todas estas perguntas Eduardo terá de responder segundo a ótica de Jesus, e não a da DARJ. Este é o seu trabalho.

O nosso trabalho é o de o apoiar com orações, com palavras amigas, com críticas, com palavras duras também, para que ele não esbarre na tentação de ser servido, mas seja sempre o maior servo, aquele que serve a todos e todas. Mesmo a quem ainda se corrói de rancor por amar demais algum ou alguma outro/a candidato/a.

Conclusão

Vivemos numa igreja democrática. A ótica eclesiológica da IEAB é a do sacerdócio de Cristo

Somos um povo de pessoas de verdade. Pessoas que amam mais a umas que a outras. Que pensam mais assim que assado. Que querem que seja assim e não querem nem saber de outros jeitos de ser. E que por isso brigam. Esgoelam. Esperneiam. Xingam. Tudo bem!

Enquanto depois de cada discordância houver tempo para cantar Glória; enquanto na ordenação de quem eu não votei eu ainda puder dar Graças por ele ser o porta-voz de todos nós, ainda valerá a pena ser anglicano.

E, Graças a Deus, ser anglicano é um jeito de ser Cristão.



JOAÍLIDO BURITY

Doutor em Ciência Política, ex-representante da IEAB junto ao Conselho Consultivo Anglicano e membro leigo da Diocese Anglicana do Recife

pastoral

“Corremos o risco de proclamar algo que somos incapazes de viver coerentemente, num mundo (e num contexto eclesialístico brasileiro) que tampouco quer (vi)ver e ouvir isso. O que torna a afirmação da unidade na diversidade um desafio profético para a Igreja, e não uma marca já consolidada dela, como tanto se fala.”

Unidade n sabemos mesmo

Somos uma igreja pequena, com um enorme legado histórico e uma específica contribuição ao protestantismo brasileiro. O legado vem de nossa participação no anglicanismo global e nossa contribuição específica tem dois aspectos fundamentais: nosso engajamento sociopolítico concebido como parte inseparável de nossa visão de missão e nossa contribuição orgânica às relações ecumênicas no Brasil. A marca principal de nossa contribuição em todos estes aspectos é a afirmação do valor da pluralidade, da liberdade e do serviço aos pobres, vulneráveis e discriminados na sociedade, sem prejuízo da unidade em nosso discipulado individual e em nossa vida comunitária. No entanto, essas três características não são fáceis de sustentar e temos sofrido bastante, institucionalmente, como província anglicana, e em termos comunitários e individuais, para integrá-las em diálogo construtivo e efetivo. O resultado dessa tensão se reflete claramente em nossa eclesiologia e em nossa capacidade missionária.

Neste texto, gostaria de explorar um pequeno diagnóstico e apresentar algumas provocações quicá práticas a respeito da difícil e frágil articulação da unidade com a diversidade em nossa experiência de igreja nacional (provincial, no jargão da Comunhão Anglicana).

Antecipando um pouco o argumento que desenvolverei, eu diria que nossa celebração da unidade na diversidade não apenas tem se deparado com numerosos reveses e aplicações contraditórias, como enfrenta uma conjuntura, dentro e fora da igreja, bastante desfavorável à experiência do que nos une em meio a nossas diferenças ou mesmo apesar delas. Corremos o risco de proclamar algo que somos incapazes de viver coerentemente, num mundo (e num contexto eclesialístico brasileiro) que tampouco quer (vi)ver e ouvir isso. O que torna a afirmação da unidade na diversidade um desafio profético para a Igreja – e não uma marca já consolidada dela, como tanto se fala.

Reportar-me-ei a três áreas em que a afirmação da unidade na diversidade nos interpela e que exibem muitos problemas tanto de manutenção da unidade como de respeito à diversidade: teologia, classe social e identidade. São áreas

cia no tema salienta mais a realidade dos problemas eclesiológicos, doutrinários e éticos do que o vigor dessa forma de estar junto em meio a diferenças de opinião, experiência e comportamento.

na diversidade: o que estamos fazendo?

que recobrem tanto a igreja como a sociedade na qual a igreja existe. São áreas em que ora a igreja fala com autoridade, ora é chamada a se posicionar em testemunho, ora é impactada por tendências e processos sociais mais amplos que distorcem ou anulam a afirmação da unidade na diversidade. É aí que o fato de sermos pequenos mais nos afeta, pois temos não apenas tido dificuldades de avançar na missão como temos perdido muitos irmãos e irmãs ao longo do processo, tornando nosso pequeno tamanho um sério problema em termos de perspectivas de futuro da Igreja. Preferirei falar de pluralidade, porque "diversidade" dá a entender uma "variação" harmonizável, celebratória, enquanto "pluralidade" ressalta que há diferenças reais que precisam ser reconhecidas e trabalhadas para construir a unidade.

Teologia. Há uma longa tradição na igreja cristã de afirmação da unidade na diversidade. O movimento ecumênico sustenta essa bandeira com bastante ênfase. Também o anglicanismo, como comunhão de igrejas interdependentes, mas autônomas em seu governo e plurais em sua confissão de fé, sua vivência dos princípios fundamentais reconhecidos (como o Quadrilátero de Lambeth, as Cinco Marcas da Missão e os Instrumentos de Unidade) e seu discernimento missionário e ético. Mas aquela afirmação se explica mais pelas divisões e conflitos do que por uma proposta original. E a insistên-

A pluralidade teológica anglicana tem se guiado frequentemente muito mais por um "viver e deixar viver" (popularmente: "não mexa comigo, que não mexerei contigo") que significa ao mesmo tempo afirmação de autonomia e rejeição ou indiferença pelo pensamento e crença do(a) outro(a) anglicano(a). E tem criado uma pluralização eclesiológica marcada por dois problemas críticos: (a) pessoas vêm de outras denominações e tentam recriar sua igreja ideal ou conveniente, aproveitando-se da pluralidade e abertura anglicana; (b) as relações entre comunidade local, diocese e igreja provincial são frouxas, dependentes da iniciativa de pessoas para que as conexões se construam e evadas de ameaças de ruptura, que de forma excessivamente frequente têm se materializado, total ou parcialmente.

Quanto ao debate teológico, a pluralidade é certamente afirmada e mantida em muitas esferas da igreja. Mas no nível individual e de comunidades locais, os desafios são gigantescos. De um lado, o duplo impacto negativo de uma cultura ainda fortemente autoritária e antipluralista na sociedade e de um protestantismo dogmático e majoritariamente controlado por evangélicos e pentecostais conservadores (há, claro, os não-conservadores, em minoria). De outro, o controle clerical da comunidade local, seja o que é defendido pelo próprio clero, seja o que lhe é atribuído pelos leigos. Essa dupla condição tem

produzido um ambiente de debate que, quando se exerce, é paupérrimo em serenidade, conteúdo e respeito às diferenças, frequentemente levando a denúncias e abusos verbais – o melhor lugar para perceber isso são as mídias sociais. Tem também sufocado, pelo clericalismo imposto ou atribuído, o debate franco, respeitoso e pedagógico na comunidade local. Diante disso, o debate teológico acaba sendo transferido para lugares distantes da vida cotidiana das comunidades – blogs, mídias sociais, eventos não-regulares, cursos livres.

Classe social. Uso esse termo de forma bastante genérica, para descrever divisões e desigualdades sociais, por razões econômicas, de privilégio, de segregação social, de estigmatização, de discriminação. Estas são situações construídas historicamente e que têm por milênios desafiado a proposta cristã de reunir num povo só os chamados por Deus a seguir a Jesus. O problema mais recente que vivemos é o de uma reação dos setores privilegiados da sociedade brasileira contra pequenos avanços alcançados no sentido da ascensão socioeconômica dos pobres e do enfrentamento das desigualdades de gênero e origem étnica, que alimentam o machismo e o racismo. E essa reação tem sido acompanhada por expressões virulentas de preconceito, ódio ideológico e ressentimento contra a inclusão de quem vem de baixo “sem merecer”. A IEAB tem oficialmente uma posição muito clara e firme contra isso, mas cresceu o descompasso com a posição de muitos de seus paroquianos e clérigos, tornando-se público o enfrentamento, tal qual se dá na sociedade mais ampla. O discurso da unidade, neste contexto, tanto a intraeclesial como a ecumênica, defronta-se com impaciência e rejeição, num caldo de cultura de reforço das desigualdades históricas e do fosso entre as classes sociais. Pluralidade passa a coincidir com separação entre paróquias e missões formadas por grupos quase segregados e mascara resistências a construir a igualdade de condições como tradução social da igualdade do cristianismo antigo e da doutrina da imago Dei. A ética da igreja aproxima-se do neoliberalismo campeante na sociedade.

Identidade. Um problema gerado pela afirmação da identidade religiosa, de gênero, étnico-racial, sexual, nas últimas décadas, tem sido a fragmentação dos públicos gerados por essas afirmações. De uma legítima questão de justiça social, o reconhecimento de identidades particulares, um claro caso de pluralidade, produz-se uma reação conservadora que inscreve essa pluralidade no registro da divisão social e a rejeita, ou uma autoproteção dos grupos identitários que reforça muros de separação. No esforço legítimo e louvável de estender o acolhimento da diversidade identitária na vida da Igreja, temos enfrentado esses dois lados da fragmentação. Unidade na diversidade é, também aqui, pregada mas não vivida. Por ignorância, já que muitos vivenciam a igreja de modo superficial, ao sabor de uma identidade de conveniência, seletivamente invocando a diversidade anglicana, sem aceitar suas exigências mais profundas. Ou por nos deixarmos com muita frequência influenciados pela cultura evangélica ou secular circundante, criando comunidades “especializadas” (cheias de gente que pensa, fala e faz do mesmo jeito) ou fortemente divididas nas mesmas linhas do embate social.



O que este diagnóstico revela é uma crise do ethos anglicano tradicional. Nela, a pluralidade derrota a unidade. Unidade na diversidade torna-se um apelo dramático a assumir as consequências de sermos anglicanos(as), mas a resposta é uma escolha da pluralidade como divisão (conflitiva) ou como indiferença. E o pior é que nem tudo tem a ver com o controverso debate sobre sexualidade. Esses problemas estão em todas as dioceses e entre todas as correntes da Igreja. Como enfrentar a crise?

Creio que não basta pedirmos um desarmamento dos espíritos ou reclamarmos da fraca identidade anglicana dos grupos que têm repetidamente nos deixado. Tantas defecções, no clero e de comunidades inteiras, ao longo de tanto tempo, expressa duas coisas:

- (a) não estamos agindo sobre as causas dessa crise;
- (b) não estamos enfrentando a questão do quanto nossa eclesiologia e nossa identidade realmente existentes estão comprometidas

por incoerências e por uma grave confusão entre abertura ao mundo e submissão ao mundo. Entre "conservadores" e "liberais".

Um curto texto como este não tem como ser mais do que programático. Os detalhes devem ser discutidos em outros fóruns. Mas eu finalizaria arriscando três pontos:

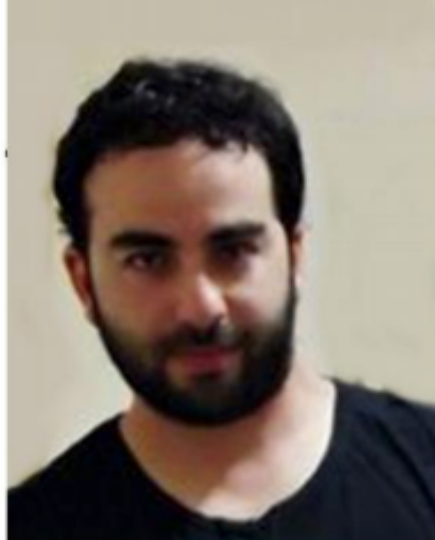
(a) Precisamos enfrentar as fragilidades administrativas, doutrinárias e éticas de nosso modelo eclesial real. Falta-nos adesão e observância séria a estatutos e cânones (de leigos a bispos!); falta-nos seriedade na gestão dos bens e no planejamento da missão; falta-nos liderança visionária para enfrentar o descompasso entre unidade e diversidade que hoje vivemos. Precisamos de nada menos que uma repactuação geral, e precisamos intensamente de gente "diplomata", pacificadora, reconciliadora, não de mais divisões teológicas, de classe ou identitárias. Aí está um tema indeclinável para o próximo sínodo!

(b) Num mundo de fragmentação e polarização, precisamos desenvolver um programa de formação teológica anglicana sério, com boa pedagogia e forte ênfase pastoral e ética, tanto para o clero (embutido em sua preparação ministerial e formação continuada), quanto para os leigos. Algo está muito mal nessa área. Estamos claramente perdendo a batalha neste campo e sendo minados pela cultura da intolerância, da polarização e da competição socioeconômica agressiva, que acirram a rejeição dos pobres e das minorias e banalizam a violência;

(c) Precisamos desafiar o clero a integrar em sua pregação e pastoral as Cinco Marcas da Missão na vida de todas as paróquias e missões, desafiando a igreja toda a assumir proativamente a inseparabilidade da pregação, do testemunho profético, do cuidado com a natureza e da prática da reconciliação e da paz. Missão é da igreja toda. Sem isso, nossa pequenez e nossas divisões nos levarão aos poucos ao declínio, num cenário de profundas mudanças religiosas e sociais no país e no próprio mundo anglicano.



Reunião do Conselho Consultivo Anglicano em Lusaka, Zâmbia, 2017
(Foto: arquivos da Comunhão Anglicana)



RODRIGO GONÇALVES DE SOUZA

Engenheiro Agrônomo, doutorando em Geografia,
biblista e Ministro-Leigo da Paróquia de São Felipe
(Goiânia/GO)

teologia

Peregrinos das realidades celestiais

"O Exílio não é o longe
mas o cerco."

Carlos Nejar, trecho de "O Exílio", do livro "Canga (Jesualdo Monte)"

A tentemos para a leitura da passagem da Carta aos Hebreus, capítulo 2, versos 10-18.

Após muitos anos e esforços de dedicação à pesquisa, os especialistas não conseguiram ainda chegar próximos de quem teria sido o autor do livro "Hebreus", no Novo Testamento. O estilo de se expressar é muito diferente - e mais floreado - do que o de Paulo. Dentre os nomes fortes sugeridos, figuram-se o de Apolo, judeu-cristão mencionado nos Atos e por Paulo, também Silas, judeu e cidadão romano (At. 16,37) e com grande possibilidade, um escrivão (I PE 5,12). Mas os estudiosos concluem que teria sido alguém erudito, dada a escrita bastante refinada, linguagem elegante, habilidade literária com domínio retórico tipicamente dos círculos letrados alexandrinos, algo que o/a colocaria em um estrato minoritário

da composição social de seu tempo. É o livro com o texto grego considerado mais sofisticado do Novo Testamento [1].

O público destinatário em primeira instância teriam sido judeus que viviam em alguma grande cidade romana, muito possivelmente Roma, onde o trecho "os da Itália vos saúdam" (13,24) indicaria patrícios em outras cidades mais distantes saudando os conterrâneos que estão em sua pátria. Já no ano 95 d.C., o documento cristão escrito em Roma, I Clemente, cita a carta Aos Hebreus. Seria um público com condições para terem enviado ajuda financeira e material a irmãos cristãos - Hb,6,10-, provavelmente os pobres da Palestina (como as passagens em Atos 11,27; Romanos 15,26; II Co 8,1-9,15 apresentam que estes estavam necessitando e as doações ocorriam). Há muitas indicações, tanto em partes especiais, como em 10,32-34; 12,4 e no corpo geral

do texto, de que esse grupo estava sofrendo pressões de ordem social, cultural e mesmo perseguições, temendo o ostracismo; e com isto, evitando se congregarem com mais frequência - 10,25-; corriam o risco do esmorecimento, podendo assim abandonar sua particularidade cristã cortando-a da sua fé matriz judaica. Anteriormente à passagem lida em nosso estudo, há uma contundente advertência contra a apostasia, em Hb. 2,1-4.

Com exortações acerca do que via como imaturidade da parte deles - 5,11-6,12 -, o autor se esforça para mostrar como deveriam encontrar esperança e sentido para sua espiritualidade centrada no Messias Jesus, o Sacerdote misericordioso identificado com a natureza de seus sofrimentos, que lhes unia com Deus, em cuja comunhão está na Sua realidade, onde está verdadeiramente o alvo e destino de suas vidas.

Nisto, o autor joga tanto com a oratória greco-romana, que poderia vir com um detrator adversário do público, como através de princípios e recursos interpretativos dos estudiosos judeus de seu tempo, como as *drashs*- 'interpretação; descobrir o significado através da *mi-drash*, por comparação palavras e formas e também por ocorrências semelhantes noutros locais'- desenvolvidas envolvendo a figura de Melquisedeque, Moisés, os serviços rituais do Templo, e também as *shavah-gezerah*, união de textos através de palavras-chave destacadas, por exemplo em Hb. 2,13/Is.8,17-18, sendo que a passagem do livro do profeta Isaías era trabalhada como a referência a Adonai, o Senhor, como o santuário para o justo e uma pedra no caminho para os rebeldes, ligada a 8,14-15, e também em segundo plano o verso de Hb.2,13 ligado com Is. 7,14-16 e 8,1-4.

O tema da identificação de Jesus com a humanidade é muito forte na passagem destacada no começo do texto. Ele, com status superior aos anjos, Filho Eterno participante da criação, em seu "rebaixamento" à nossa condição se qualificou para, em sua morte oferecida como sacrifício, elevar nossa dignidade ao propósito fundamental de Deus para nós e nos unir à sua realidade.

Podemos nos aproximar brevemente do contexto dos leitores da Carta. Vivendo como um grupo étnico-social não muito bem quisto (não muito tempo antes

multos judeus foram expulsos sob o imperador Cláudio, alegando problemas e agitações que causavam [2]) em uma sociedade profundamente desigual, com nenhuma obrigação da administração pública em ter políticas de segurança e inclusão social para eles; dependiam intimamente de elos sociais com outros círculos para poderem viver, ter alguma proteção, segurança, alguma voz para reivindicar justiça quando fosse o caso, trabalharem, comercializarem, obterem respeito e consideração. Já não bastassem que pelo fato de serem deste grupo étnico-social terem de enfrentar desconfiança e hesitação, o quadro se agravava

"Como não se sentir desenraizado nessa conjuntura? Como não se sentir pairando sem nenhuma inclusão e reconhecimento?"

com a sua adesão à fé no Messias Jesus, com implicações políticas fortes quando a cidadania estava vinculada a um culto ao imperador e instituições imperiais que poderiam ver - não sem motivos - uma rivalidade na crença cristã, e com ela também sendo apartados pelos outros irmãos étnico-sociais judeus de seu círculo de relações e comunhão[3]. Como não se sentir desenraizado nessa conjuntura? Como não se sentir pairando sem nenhuma inclusão e reconhecimento?

Este último termo é vital aqui. As implicações desta exclusão são tanto práticas, concretas na vida social, quanto doloro-

sas para a alma. É duro e solitário para as pessoas não terem nenhum senso de pertença; como o eminente filósofo contemporâneo que reflete sobre crises sócio-existenciais do mundo contemporâneo e com atenção especial para o senso de integração de grupos sociais, o canadense Charles Taylor aponta, "este abalo no senso de valor da identidade é de tal modo que uma pessoa ou grupo de pessoas pode sofrer reais danos, ou uma real distorção, se as pessoas ou sociedades ao redor deles lhes desenvolver um quadro de si mesmas redutor, desmerecedor ou desprezível. O não reconhecimento ou o reconhecimento errôneo podem causar danos, ser uma forma de opressão, aprisionando alguém numa modalidade de ser falsa, distorcida e redutora" [4].

Tal questão é apresentada com muita vividez numa matéria veiculada pelo periódico eletrônico do "El País Brasil": "A vida em Molenbeek, o coração do jihadismo na Europa" [5]. Destaco a fala da mãe de um jovem, morador de Bruxelas, que partiu em desespero se tornar militante terrorista: "Meu filho estava irritado com a sociedade belga. Dizia que os muçulmanos eram estigmatizados, discriminados. Sempre repetia: 'Mãe, aqui não me consideram belga, e no Marrocos me veem como um estrangeiro'. Eu não soube avaliar a gravidade da sua crise de identidade."

Como em outras obras do Novo Testamento, esta carta "Aos Hebreus" perpassa



pela questão da redefinição da identidade daqueles que aceitaram o chamado para seguir Jesus. Vivem em uma realidade e em condições presentes, sofrem e interagem nela, nela devem empreender um novo estilo de vida dentro de motivações éticas, darem testemunho de Jesus... mas não é esta condição presente que possui a chave para dizer quem são, para lhes dar o porquê de viver; ela não tem a palavra final sobre seu valor próprio e seu destino.

A passagem da leitura-chave desta reflexão abre-se no versículo 10 empregando para Jesus o termo em grego *Archegos*, traduzido comumente como o "Autor" da "salvação", termo que muitas vezes significa "pioneiro", "líder". Na linguagem política daquele tempo, era usado para se referir a benfeitores que servem à humanidade e deviam ser exaltados por isso[6].

Uma ligação sensível entre a obra e os efeitos da obra de Jesus nas condições dos destinatários, que não podiam mais contar com benfeitores em um mundo no qual as relações com os mesmos possibilitavam viver com melhores expectativas na sociedade.

Um ponto a se destacar é ver o equilíbrio da relevância e a fidelidade quando se tenta transpor a mensagem da salvação para o contexto das pessoas. Vê-se o quão é legítimo e necessário estabelecer pontes para que não se chame a alguém a se entregar incondicionalmente a uma abstração de ideias ou a algo com um apelo sem sintonia consigo. Por outro lado, como diz o

+

*O peregrino, por René Magritte
(Óleo sobre tela, 1966)*



estudioso J. P. Meier, em "Um Judeu Marginal", nada é mais rapidamente defasado do que a relevância [6]. Quantas vezes não é o mensageiro que, a partir de seus desejos, julga o que é relevante para os outros a despeito deles mesmos? E o quanto não interpreta uma fase transitória como uma faceta duradoura da história? E quantas vezes o trabalho de tornar algo relevante não contempla uma nova significação, alheia e arbitrária, dada à mensagem a partir de outros desejos e noções que o mensageiro quer impor?

Por isso o autor busca empregar critérios para balizar, os que melhor encontrou à sua disposição e que tivessem um apelo às ideias e ao íntimo dos leitores. A contextualizou em uma leitura com linha de raciocínio coerente que parte das raízes da espiritualidade partilhada entre eles para consigo, reconhecida pelos leitores. E usa temas do mundo cultural não-judaico, o que soaria aos leitores como aquilo que lhes era antagônico e não lhes conhecia, invertendo ordens de fonte de valor e honra, de acordo com a obra de Jesus. "Por quem e para quem todas as coisas existem" era uma expressão acerca da divindade suprema empregada pelos filósofos estoicos, que naquele período gozavam do maior prestígio intelectual. Mas o "herói divino" que abriu caminho aos fiéis não fora através de algo dotado do status da hierarquia de valores do mundo romano, o "Autor da salvação" exaltara os fiéis através do sofrimento.

Como isso teria uma força moral ante aos sentimentos de humilhação que lhes acometia naquele momento! Eles têm parte e comunhão com o Santificador, participam dele enquanto santificados, são parte de sua família! O que teria maior carga de sentimentos relativos à acolhida, para aqueles que estavam como párias em seu meio, do que agora notarem a família da qual fazem parte? Não eram mais os enjeitados! Não precisavam mais fugirem de si mesmos.

[1] WESTPHAL, C. L. *A Discourse Analysis of the Letter to the Hebrews. The Relationship between Form and Meaning* (Library of NT Studies, 297), T & T Clark Intern. London – New York. 339 pp

[2] TAYLOR, J. *As Origens do Cristianismo*. São Paulo: Paulinas, 2010. pgs 100-103

[3] WHITLARK, J. A. *Resisting Empire: Rethinking the Purpose of the Letter to "The Hebrews"*. Library of New Testament Studies. London: Bloomsbury T&T Clark, 2014. Pp. X + 232.

[4] *A Política do Reconhecimento*, p. 241. In: TAYLOR, C. *Argumentos filosóficos*. Tradução de Adail U. Sobral. São Paulo: Loyola, 2000, 312p.

[5] Em <http://brasil.elpais.com/brasil/2015/12/30/internacional/1451471467_101355.html>

[6] STILL, T. D. *Christos as Pistos: The Faith (Fullness) of Jesus in the Epistles to the Hebrews*. Em BAUCKHAM, R. DRIVER, D.R. HART, T.A. MacDONALD, N. *A Cloud of Witnesses: The Theology of Hebrews in its Ancient Context*. Library of New Testament Studies, 387; London: T&T Clark International, 2008.

[7] MEIER, John Paul. *Um Judeu Marginal: repensando o Jesus Histórico*, Vol 1, Livro 1, cap. 1. trad. Laura Rumchinsky. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1993, 483p.



REV. JOHN KATER

Doutor em Teologia

Professor Emérito de Desenvolvimento Ministerial
Church Divinity School of the Pacific

vida

Há futuro para o anglicanismo?

Nossa longa trajetória do desenvolvimento da Comunhão Anglicana e das múltiplas identidades anglicanas que a compõem nos conduz a um conjunto de perguntas que nos são colocadas como anglicanos dos primeiros anos do século XXI, século já marcado pelo conflito religioso e cultural e pelas forças perenes da pobreza, miséria, isolamento, desesperança e marginalização desencadeadas por sistemas econômicos e políticos que pouco têm a ver com os valores do Evangelho. Esse conflito agora se experimenta também no próprio seio da Comunhão Anglicana que, durante pelo menos quarenta anos, já vem sendo sacudida por movimentos e eventos que suscitam medo e ira entre alguns e esperança e compromisso em outros. Todos estamos suficientemente bem informados sobre os sintomas da enfermidade que afeta a Comunhão Anglicana; mas, há alguma possibilidade de recuperação? E será mesmo uma enfermidade?

A promessa do princípio anglicano que insiste na fidelidade à missão de Deus realizada em carne e osso, buscando e criando sinais do reino de Deus continua sendo para mim, fonte de muita esperança. Minha própria experiência com várias igrejas anglicanas ao redor do mundo me convence de que este princípio continua válido e vigente. Quando vejo os grandes projetos da Igreja da Coreia para melhorar as condições da população urbana sem teto, vejo o princípio anglicano em andamento. Quando vejo a Igreja pós-denominacional da China lutando por descobrir como dar seu testemunho em uma sociedade marcada pelo individualismo, consumismo e um abismo cada vez maior entre ricos e pobres, vejo novamente o princípio anglicano. Quando me recordo do trabalho da Igreja Episcopal do Panamá ministrando às vítimas da invasão norte-americana, vejo um exemplo do princípio anglicano. Quando penso nos episcopais de minha própria congregação que organizaram manifestações locais contra a guerra no Iraque, mais uma vez reconheço o princípio anglicano em ação.

Não quero sugerir que os anglicanos sejamos os únicos que temos essa perspectiva, mas concordo com o teólogo episcopal norte-americano Ian Douglas quando afirma que, de todas as correntes da fé cristã, a anglicana é a que mais mantém os dois elementos de tradição e contexto em mútuo equilíbrio.

Finalmente, será que sobreviverá o anglicanismo como tradição viva, honrada através de uma comunhão unida em missão e serviço ao reino de Deus, afirmando a tradição da fé e expressando-a de forma fiel nos múltiplos contextos em que vive? Não sei. O certo é que, os esforços por controlar e centralizar a Comunhão por meios restritivos ou por criar dois níveis de membresia de primeira e segunda classe, não respondem a essa visão de uma comunidade de fé contextualizada que faz jus ao coração de nossa herança.

Mas, se por "anglicanismo" queremos entender uma fidelidade à visão bíblica do reino de Deus e do Verbo de Deus feito carne, o respeito à experiência de cristãos de outros tempos e lugares, o que chamamos "tradição" e um compromisso apaixonado com o anúncio do reino em nosso próprio contexto, então creio que o anglicanismo tem futuro sim. Quando escutamos a palavra de Deus, não relacionada com o contexto de outros, mas com o nosso, quando captamos algo do poder do Evangelho que nos liberta, então a tradição não é inimiga do contexto, mas nos ajuda a participar amplamente em nosso próprio contexto. Vivendo a fé em nosso contexto não apenas fazemos da tradição algo próprio, mas estamos também participando da criação de uma tradição viva e dinâmica e encarnando "a fé uma de vez para sempre entregue aos santos" em nossa própria vida e em nosso próprio mundo. Para mim, isso é o que significa anglicanismo. Creio que desse modo, há futuro.

A versão completa deste artigo foi originalmente publicada na revista Inclusividade, número 15, do Centro de Estudos Anglicanos (julho/2008).

memória

A cruz de prata e a capela de Pelotas

+ Catedral do Redentor nos dias de hoje
(Foto: Prefeitura de Pelotas)



Felicitava o Estandarte Cristão de novembro de 1896 o grande feito da Capela do Redentor, em Pelotas, em arrecadar quantia acima de 500\$000.

Isso permitiu à pequena capela iniciar uma série de obras necessárias à expansão física da mesma. A herdeira direta dessa capela é a Catedral do Redentor, que serve a Diocese de Pelotas.

A notinha termina com uma informação relevante: uma cruz de prata foi doada e colocada sobre a mesa de comunhão, em 20/10/1896. Quem vê a Catedral do Redentor hoje toda adornada com imagens sacras diversas não tem noção da relevância desse feito do século XIX. Explica-se: por diversas razões de cunho teológico e pastoral, os primeiros missionários foram muito restritivos quanto ao uso de imagens no culto. A cruz do altar - coisa corriqueira dos nossos dias - era uma inovação no trabalho missionário episcopal da época!

Aos meados de Novembro o pastor pediu aos irmãos que trabalhassem a fim de arranjar por meio de subscrições e offer-tas uma somma quanto chegasse para reformar a capella toda.

Tão bem foi acolhido esse pedido pelos irmãos que foi subscripta quantia acima de 500\$000.

Com esta quantia as obras foram começadas. Estas constam do derribamento d'uma parede ; a collocação de duas columnas, uma na capella e outra em baixo no armazem ; pinturas e caiação ; mudança e augmento do presbyterio ; a reformação do texto biblico atraz d'este e outros melhoramentos.

No domingo (dia 20) houve os serviços divinos de costume embora que as obras não estivessem completas.

A capella foi presenteada com uma cruz de prata para a meza da communhão, a qual foi collocada no seu lugar pela primeira vez no domingo, dia 20.

+ Excerto do Estandarte Cristão de dezembro de 1896



O Estandarte
que você lê
assim



ou
assim



pode voltar
a ser lido
assim



Durante o ano de 2017, o Estandarte Cristão será publicado de forma virtual, com a opção de impressão sob demanda, o que, infelizmente, é um processo caro.

Para que a IEAB possa voltar a ter uma tiragem regular, impressa, de sua publicação oficial, é preciso que cheguemos à quantia de mil assinaturas compromissadas.

Durante o ano de 2017, começaremos a coletar compromissos de assinantes ao redor do país. Até lá, mobilize familiares, amigos(as) e membros de sua comunidade, para podermos retomar plenamente este trabalho de evangelização através da comunicação.